



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL  
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS  
DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO E ENSINO FUNDAMENTAL, DO  
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA  
IMPERATRIZ, SC.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação Emergencial para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar destinados a alimentação escolar da rede municipal de ensino infantil e ensino fundamental do município de Santo Amaro da Imperatriz, pelo período de 02 (dois) meses, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

**1.1. Justificativa / Fundamentação e descrição da necessidade da contratação:**

A aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, tem por finalidade contribuir para o crescimento e desenvolvimento como um todo, com o rendimento escolar, e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que atendam suas necessidades nutricionais durante o período do ano letivo e de ações de educação alimentar e nutricional.

Desse modo, faz-se indispensável a atual contratação, em caráter emergencial, visto que a alimentação deverá ser disponibilizada para a Secretaria Municipal solicitante, a partir do início do calendário escolar, mesmo que não haja contratação vigente que possa fornecer regularmente tal demanda. Isto porque não fora planejada continuidade de contrato anterior ou nova licitação por parte da gestão anterior, deixando o município sem os serviços essenciais. Para tanto, estimou-se a necessidade de contratação emergencial para



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

aquisição de gêneros alimentícios para 02 (dois) meses, a fim de garantir a alimentação dos demandantes, enquanto nova licitação seja deflagrada.

Por todo o exposto, para que não haja prejuízo à municipalidade em decorrência da interrupção do fornecimento de gêneros alimentícios aos alunos integrantes da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação, e indiretamente à população, necessitamos da realização desta dispensa de licitação, de forma emergencial, a fim de que as necessidades básicas sejam supridas. Cabe esclarecer que não haverá tempo hábil para realizar esta aquisição através de um novo pregão eletrônico, que será realizado em paralelo a este processo licitatório e levará em torno de 2 (dois) meses para ser finalizado, considerando que há a necessidade de cumprir com todas as exigências da lei, para que seja realizada uma compra eficiente.

Cabe destacar que o novo processo licitatório supracitado, que atenda a totalidade da demanda, já está em fase inicial de instrução processual, buscando atender o mais breve possível as demandas das secretarias participantes.

#### **2.2 Estimativa do valor da contratação:**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.880,00 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta reais) conforme custos unitários apostos nas tabelas contidas no anexo I deste Termo de Referência. As despesas decorrentes deste edital serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do orçamento para 2025.

#### **2.3 Da exigência de amostra:**

Será dispensada a apresentação de amostras, visto que os itens serão disponibilizados pelos fornecedores do processo de credenciamento anterior, tendo avaliação satisfatória pela equipe técnica nutricional, já analisados naquele certame.

### **3. FORMA DE CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação requisitada encontra fundamento legal no art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:  
[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Sendo esta uma situação de emergencialidade, para manutenção do serviço essencial de alimentação escolar e atletas do município, em que pese sua ausência acarrete prejuízo aos munícipes

#### **4. REQUISITOS DO FORNECEDOR**

Poderão participar desta contratação os grupos formais e informais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, assim entendidos: Agricultores Familiares Informais (Pessoa Física) que possuam nota de produtor; Empreendedores Familiares rurais ou suas Organizações formalmente estabelecidas (Pessoa jurídica – Empreendimentos familiares, Cooperativas ou Associações), credenciados no Edital de Chamamento Público nº 089/2023 homologado em 31/01/2024;

##### **4.1. Requisitos de Habilitação jurídica**

###### **4.1.1. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:**

- 4.1.1.1. Cópia de inscrição Cópia de inscrição no cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 4.1.1.2. Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou extrato da DAP, do Agricultor Familiar participante;
- 4.1.1.3. Cópia da Certidão Negativa Municipal;
- 4.1.1.4. Declarações de: - Idoneidade
- 4.1.1.5. Declaração de não existência de Trabalhadores Menores

###### **4.1.2. Para Grupos Formais de de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:**

- 4.1.2.1. Prova de Inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 4.1.2.2. Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP jurídica para associações e cooperativas;
- 4.1.2.3. Cópia da Certidão Negativa Municipal;
- 4.1.2.4. Cópia da Certidão Negativa Estadual;
- 4.1.2.5. Cópia da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 4.1.2.6. Cópia da Certidão Negativa do FGTS;
- 4.1.2.7. Cópia da Certidão Negativa do Débitos Trabalhistas;
- 4.1.2.8. Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na junta comercial, no caso de cooperativas, ou cartório de Registro Civil de



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídica

- 4.1.2.9. Declaração agricultura familiar – Grupo informal
  - 4.1.2.10. Declaração agricultura familiar – grupo informal ou fornecedor individual
  - 4.1.2.11. Declarações de: Idoneidade
  - 4.1.2.12. Declaração de não existência de Trabalhadores Menores
- 4.1.3. Os documentos Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
- 4.1.4. Toda documentação exigida deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor designado.

#### **5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

**5.1.** Para a execução do objeto será formalizado Contrato, cuja minuta acompanha o Termo de Referência, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo e Proposta de Preços da empresa vencedora.

**5.2.** O prazo de validade do contrato será de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 225 do Decreto Municipal 8.519/2023, ou até que finalize novo processo licitatório.

**5.3.** Para fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado o contrato de acordo com a legislação vigente.

**5.4.** A Prefeitura do município de Santo Amaro da Imperatriz convocará os selecionados para assinar o Contrato, no prazo de cinco (5) dias úteis a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair o direito à contratação.

**5.5.** A aquisição dos itens descritos no objeto do presente edital somente poderá ser efetivada após a assinatura do contrato.

#### **6. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no depósito da merenda escolar (anexo a Secretaria de Obras), na Rua Natividade, Vila Becker – Santo Amaro da Imperatriz/SC, entre os horários de 7:00 e 11:00 horas nos dias úteis, de segunda a sexta-feira. A periodicidade de entrega será quinzenal para os alimentos: Abóbora, batata doce, biscoito caseiro salgado,



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

pão caseiro, pão caseiro de batata, pão de fatia tipo sanduíche, pimentão verde, vagem. Semanal para os alimentos: alface, beterraba, cenoura, chuchu, couve manteiga, e temperinho verde. Mensal para os alimentos: biscoito caseiro doce, morango congelado, pitaya e suco de uva integral.. Couve-flor e repolho duas vezes ao mês conforme calendário/cardápio, no período deste contrato, na qual se atestará o seu recebimento.

**6.2.** Os produtos deverão ser acondicionados (embalados) de forma a não se sujeitar a danificação no transporte.

**6.3.** Será designado pela Secretaria Municipal de Educação um funcionário responsável em receber os produtos, a quem caberá conferir e lavrar o Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências neste termo.

**6.4.** Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com o exigido neste Termo de Referência.

**6.5.** A Contratada será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

**6.6.** Será rejeitado, no todo ou em parte, a entrega de produtos em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

**6.7.** Eventuais correções ou alterações devem ser providenciadas pela Contratada, a partir da notificação ou devolução do produto, sem custos adicionais à Contratante.

**6.8.** A Contratada deverá devolver o produto devidamente corrigido no prazo máximo de 24 h (vinte e quatro horas) após notificação citada no item 6.9.

**6.9.** Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para o fornecimento do (s) produtos (s), tais como transporte adequado, tributos, mão de obra especializada, etc.

**6.10.** Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para consumo, conforme diploma legal.

## **7. DO PRAZO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**7.1.** Os produtos deverão ser entregues dentro do período definido no item 6.1 do termo de referência. A critério do gestor do contrato, o prazo de início poderá ser adiado.

**7.2.** Os produtos rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser entregues corretamente, com o tipo de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a Contratada com o ônus decorrente do fato.

**7.3.** A Contratada ficará obrigada a entregar fielmente os produtos deste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

**8. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** Os produtos constantes neste Termo de Referência serão fiscalizados por servidor designado pela Secretaria de Educação, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, denominados “Fiscalização”, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução do Contrato.

**8.2.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscal designado em Portaria própria.

**8.4 –** O servidor designado fiscal do contrato deverá manter cópia dos documentos processuais, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelo prestador:

**8.5.** O fiscal do contrato, quando da proximidade do encerramento da vigência do contrato, deverá consultar a secretaria responsável pela demanda da contratação para se manifestar sobre a necessidade de prorrogação da vigência contratual.

**8.6.** Após essa manifestação, o fiscal do contrato deverá elaborar uma nota técnica informando sobre a qualidade dos produtos entregues e eventuais ocorrências porventura existentes que será encaminhada à área de acompanhamento, unidade da estrutura organizacional da Secretaria, responsável pelo controle dos contratos para continuidade nos trâmites, observando-se os prazos.

**8.7.** Cumpre também ao fiscal do contrato, além da conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais, quando for o caso, informar à Secretaria responsável pelos procedimentos licitatórios e contratações, o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades.

**8.8.** A ação de fiscalização não exonera o prestador de suas responsabilidades contratuais.

**8.9.** A gestão do presente contrato será realizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, através de Portaria própria.

**8.10.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada partes responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Entregar os produtos contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

- 9.2.** Priorizar nas entregas, sempre que possível, os gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos.
- 9.3.** Transportar os alimentos conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos.
- 9.4.** Transportar os alimentos em veículos fechados ou abertos com proteção (ex: lona) em perfeitas condições de higiene, para garantir a integridade e a qualidade dos alimentos.
- 9.5.** Assumir como exclusividade sua, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, necessários à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo seu comportamento ou de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.
- 9.6.** Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre a aquisição, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.
- 9.7.** Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 9.8.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento.
- 9.9.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto desta contratação.
- 9.10.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1.** Fornecer à Contratada, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.
- 10.2.** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.
- 10.3.** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.
- 10.4.** Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 10.5.** Informar a Contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto mantendo tais dados atualizados.
- 10.6.** Relacionar-se com a Contratada exclusivamente com pessoa por ela credenciada.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

**11. REGIME DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Deverão ser entregues apenas os alimentos aprovados na avaliação das amostras do Edital de Chamada Pública nº 089/2023. Em caso de necessidade de substituição de um produto similar, uma amostra deste deverá ser encaminhada, acompanhada da ficha técnica assinada pelo responsável licitante, para análise da Equipe da Secretaria da Educação com 10 dias de antecedência da data da entrega. Esta alteração não deverá acarretar atraso na data estipulada para entrega dos alimentos.

**11. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

**12.1.** Deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Contratante;

**12.2.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, após aceite, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.3.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

**12.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa

**12.5.** Caso não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**12.6.** Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.6.1.** Advertência;

**12.6.2.** Multa;

**12.6.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**12.6.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.7.2.** As peculiaridades do caso concreto

**12.7.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.7.4.** Os danos que dela provierem para a administração pública

**12.7.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

12.8. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.8.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.8.2. Para as infrações previstas nos itens 10.4 e 10.5 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

12.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

12.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.18. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** Por tratar-se de dispensa licitação emergencial para aquisição através de **contratação direta**, as despesas decorrentes das contratações correrão por conta do orçamento para 2025 da Secretaria de Educação (recursos FNDE e Próprios).

**13.2.** A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação será disponibilizada na Solicitação de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante, que deverá aparecer no campo “informações adicionais”, quando da emissão da Nota Fiscal a exemplo genérico: NOME DO RECURSO/EMPENHO Nº DISPENSA Nº, para que possam preencher os requisitos da contabilidade, durante a efetivação do pagamento.

## **13. FORMA DE PAGAMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO**

**13.1.** O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês seguinte à entrega dos alimentos/produtos e mediante apresentação da nota fiscal acompanhada das devidas Autorizações de Fornecimento, devidamente atestada por servidor responsável da Comissão de Recebimento da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

**13.2.** Será realizado o crédito em conta corrente bancária no prazo acima, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido o credenciado.

**13.3.** O pagamento será creditado em favor dos credenciados, mediante ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isso, ficar explicitado o nome, do correntista e o número da Agência.

**13.4.** Os encargos sociais estão inclusos nos valores constantes da proposta (projeto) em conformidade com a legislação vigente.

**13.5.** A cada pagamento o credenciado deverá juntar à sua Nota Fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal que lhe foram exigidas na habilitação deste edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

**14. CONDIÇÕES DE REAJUSTE**

**14.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo contratual.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 07 de fevereiro de 2025.

Raquel Costa da Silva Rodrigues  
Secretária Municipal de Educação



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

ANEXO I

**Tabela 1: Gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar destinados a alimentação escolar da rede municipal de ensino infantil e ensino fundamental do município objeto desta dispensa emergencial.**

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO KG/UN/DZ
Abóbora orgânica	Kg	230	R\$ 7,00
Alface orgânica	Kg	160	R\$ 12,00
Batata doce orgânica	Kg	240	R\$ 8,50
Beterraba orgânica	Kg	480	R\$ 8,50
Biscoito caseiro doce integral (sem leite)	Kg	250	R\$ 27,00
Biscoito caseiro salgado (sem leite)	Kg	180	R\$ 27,00
Cenoura orgânica	Kg	560	R\$ 9,00
Chuchu	Kg	360	R\$ 4,00
Couve-Flor	Kg	200	R\$ 4,85
Couve manteiga orgânica	Kg	100	R\$ 15,00
Morango congelado orgânico	Kg	60	R\$ 28,00
Pão caseiro (sem leite)	Un	760	R\$ 7,00
Pão caseiro de batata (sem leite)	Un	760	R\$ 7,00
Pão de fatia tipo sanduíche (sem leite)	Un	300	R\$ 7,00
Pimentão Verde	Kg	120	R\$ 7,50
Pinhão orgânico	Kg	0	R\$ 12,00
Pitaya polpa branca/rosa orgânica	Kg	160	R\$ 8,50
Repolho	Kg	180	R\$ 4,50
Suco de uva integral orgânico	Lt	60	R\$ 21,00
Tempero verde orgânico (cebolinha/salsa)	Maço	800	R\$ 3,50
Vagem	Kg	140	R\$ 8,00